

Professora da UnB registra boletim de ocorrência após ser ameaçada de morte

Débora Diniz foi xingada por perfis e páginas contrários à descriminalização do aborto no Brasil. Ela registrou ocorrência na Delegacia da Mulher

[\(Correio Braziliense, 04/07/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Postagens em páginas e perfis em redes sociais contrários à regularização do aborto direcionam agressões à professora da Universidade de Brasília (UnB) Debora Diniz. A docente, que trabalha diretamente com o tema e defende a descriminalização, relata também ter recebido, por ligações e mensagens, ameaças explícitas e ofensas graves. Ela registrou queixa na Delegacia Especial de Atendimento a Mulher (Deam), que apura o caso.

Leia mais: [Minha solidariedade à professora Débora Diniz, por Jean Wyllys \(Revista Fórum, 06/07/2018\)](#)

Monstro e assassina são alguns dos adjetivos direcionados publicamente, em redes sociais, à antropóloga, que atua na Faculdade de Direito da instituição e foi escolhida em 2016 um dos cem pensadores globais pela revista norte-americana *Foreign Policy*, por pesquisas sobre grávidas infectadas pelo zika vírus. Diniz estuda temas como feminismo, bioética, direitos humanos e saúde.

Ela afirma que as ofensas e ameaças começaram há alguns meses e que esperava que, com o tempo, elas diminuíssem. “Esperei um tempo passar para ver se desaparecia, mas piorou e passaram a compartilhar isso em páginas e grupos com milhares de seguidores”, conta.

Uma das postagens, publicada em página do Facebook com cerca de 9 mil seguidores, traz a foto da professora e um texto que destaca o trabalho dela pela regularização do aborto. A mensagem termina chamando Debora de monstro. O post teve dezenas de comentários e mais de 800

compartilhamentos (diversos deles acompanhados por mais ofensas).

Audiências públicas relacionadas à descriminalização do aborto, como a que ocorrerá no início de agosto no Supremo Tribunal Federal (STF), com a participação de Debora, foram um fator que, na visão da professora, causaram o aumento das agressões. “O tema provoca tanta intensidade que as pessoas acabam ficando muito afetadas”, diz.

Ela relata que recebe inúmeras ligações e mensagens desde que as postagens começaram a circular. “Começaram a fazer campanha me desqualificando, me chamando de assassina, de monstro e me mandaram coisas mais graves. Depois me ligaram, me mandaram mensagens com ameaças mais explícitas”, afirma.

A professora ponderou se registrava ou não denúncia sobre o caso e tentou não expor a situação. Ela afirma que não queria amplificar e dar mais visibilidade ao assunto. “Essa decisão de enfrentar e de levar a sério é difícil. É complicado saber se são covardes de internet ou se há ameaças concretas. Mas, como eles iniciaram uma campanha botando minha foto e tudo, eu tive que tomar essa decisão”, explica.

Repúdio

Em nota, o Gabinete da Reitoria UnB declarou que repudia as agressões. “A Universidade de Brasília está acompanhando a situação, em contato com a professora Debora Diniz. A UnB tem, entre seus princípios, a liberdade de cátedra e o compromisso com a paz e repudia quaisquer manifestações de ódio e intolerância”, diz o texto.

Outras instituições também declaram apoio a Debora e cobraram a punição dos responsáveis pelas ameaças. “Manifestamos nossa irrestrita solidariedade à professora Debora Diniz e cobramos das autoridades policiais e judiciais a identificação e punição dos covardes agressores que se escondem com o vergonhoso véu do anonimato”, aponta o texto do Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBios), desenvolvido em associação entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal

Fluminense (UFF) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj).

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) também divulgou nota cobrando proteção ao trabalho da docente. “Além de repudiar as agressões, a Abrasco cobra das autoridades policiais e judiciárias ações capazes de proteger a integridade do trabalho e da própria Débora, com a devida punição dos agressores.”

Segundo a Delegacia Especial de Atendimento a Mulher (Deam), os fatos estão sendo apurados e a investigação ocorrerá de forma célere. A Deam afirmou que ainda não pode dar mais detalhes sobre a questão, mas que, “no momento adequado”, prestará informações e esclarecimentos sobre a denúncia e os resultados da investigação.

Alexandre de Paula

MPDFT promove encontro com movimentos sociais de mulheres - Brasília/DF, 06/12/2017

Inscrições até 1º de dezembro em <http://www.mpdft.mp.br/inscricoes>

O Núcleo de Gênero do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (NG/MPDFT) realiza, em 6 de dezembro, o Primeiro Encontro MPDFT e Movimentos Sociais de Mulheres. A iniciativa tem o objetivo de promover diálogo aberto, transparente e colaborativo com os movimentos sociais que atuam na defesa dos direitos das mulheres para identificar demandas e estabelecer metas institucionais para 2018. A atividade ocorrerá na sede do MPDFT, das 9h às 13h.

O evento é gratuito e aberto para lideranças de movimentos sociais,

organizações da sociedade civil, conselhos de direitos, organismos internacionais e servidores públicos. Interessados podem fazer inscrição neste [link](#), entre os dias 20 de novembro e 1º de dezembro. São 60 vagas.

O encontro será ministrado por representantes do MPDFT, da Universidade de Brasília (UnB) e da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (Sedestmidh). Para a promotora de Justiça e coordenadora do Núcleo de Gênero do MPDFT, Liz-Elainne Mendes, “o encontro será um ambiente rico para o Núcleo reunir pautas realmente sensíveis para as mulheres do Distrito Federal, em um contexto plural, diverso e interseccional. Assim, será possível definir metas para 2018 em prol de uma ação ministerial mais resolutiva”.

Serviço

Primeiro Encontro MPDFT e Movimentos Sociais de Mulheres

Horário: 9h às 13h

Local: Sala de treinamento 1 da Sede do MPDFT (Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2)

Inscrições: de 20 de novembro a 1º de dezembro
(<http://www.mpdft.mp.br/inscricoes>)

I ENCONTRO

MPDFT e Movimentos Sociais de Mulheres

Data e horário

6 de dezembro de 2017, das 9h às 13h

Local

Sala de treinamento, Sede do MPDFT

Inscrições

De 20 de novembro a 1º de dezembro
em www.mpdft.mp.br/inscricoes



PARTICIPE

O encontro tem o objetivo de promover diálogo aberto, transparente e colaborativo com os movimentos sociais que atuam na defesa dos direitos das mulheres, a fim de identificar demandas e estabelecer metas institucionais para 2018.

Programação

9h – Abertura

Composição da mesa diretora:

- Liz-Elainne de Silvério e Oliveira Mendes, *coordenadora do Núcleo de Gênero Pró-Mulher do MPDFT*
- Danielle Martins Silva, *promotora de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Sobradinho*
- Renísia Cristina Garcia-Filice, *coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas, História, Educação das Relações Raciais e Gênero – Geppherg/UnB*
- Lívia Gimenes Dias da Fonseca, *coordenadora do Projeto Promotoras Legais Populares*
- Miriam Pondaag, *representante da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH*

9h30 – Palestra de abertura

- Valeska Zanello, *professora do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília*
- Gina Vieira Ponte de Albuquerque, *professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal*

10h30 – Roda de conversa

[Clique aqui para se inscrever.](#)



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Núcleo de Gênero
Pró-Mulher

Hackathon de combate à zika recebe inscrições até 3 de junho

Estão abertas até o dia 3 de junho de 2017 as inscrições para a *1ª Maratona de Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas para enfrentamento da Zika e Síndrome Congênita - ou Hackathon*. A atividade busca desenvolver soluções tecnológicas para controle e enfrentamento das arboviroses, utilizando diferentes bases de dados disponíveis sobre o tema.

[\(Fiocruz, 26/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Um hackaton é uma maratona que reúne programadores, desenvolvedores e especialistas de uma área específica com o objetivo de trabalhar e criar soluções para um determinado desafio. A lógica é de competição, mas o formato é totalmente colaborativo, interativo e dinâmico. Um grupo de pessoas trabalha, durante determinado período, para criar produtos e/ou projetos resolutivos e aplicáveis. Ao final, uma banca seleciona as soluções que cumpriram os requisitos e se destacaram, premiando as melhores propostas.

A fase presencial será realizada durante a *Feira de Soluções para Saúde - Zika*, em Salvador (BA), entre os dias 8 e 10 de agosto. No entanto, as primeiras fases do Hackaton serão virtuais. Assim, a maratona já começa antes, em julho, com *webinários* (seminários via web) para apresentação das atividades pelos organizadores. As equipes participantes que entregarem a melhor proposta de trabalho, além das atividades virtuais, poderão, ainda, ter a sua participação na etapa presencial financiada pela organização do evento!

Se você atua nas áreas de saúde, comunicação, informação, webdesign e desenvolvimento, [inscreva-se!](#) Os candidatos selecionados poderão participar de uma das equipes que vão criar soluções para o enfrentamento das

arboviroses e doenças congênitas.

A seleção será baseada na experiência profissional, acadêmica e de pesquisa nos temas da Maratona, a disponibilidade de participar das etapas virtuais e a disponibilidade de financiamento (passagens, hospedagens e custeio de alimentação etc) para participação no encontro presencial. As equipes serão montadas pela organização do evento com pessoas de diferentes áreas de conhecimento.

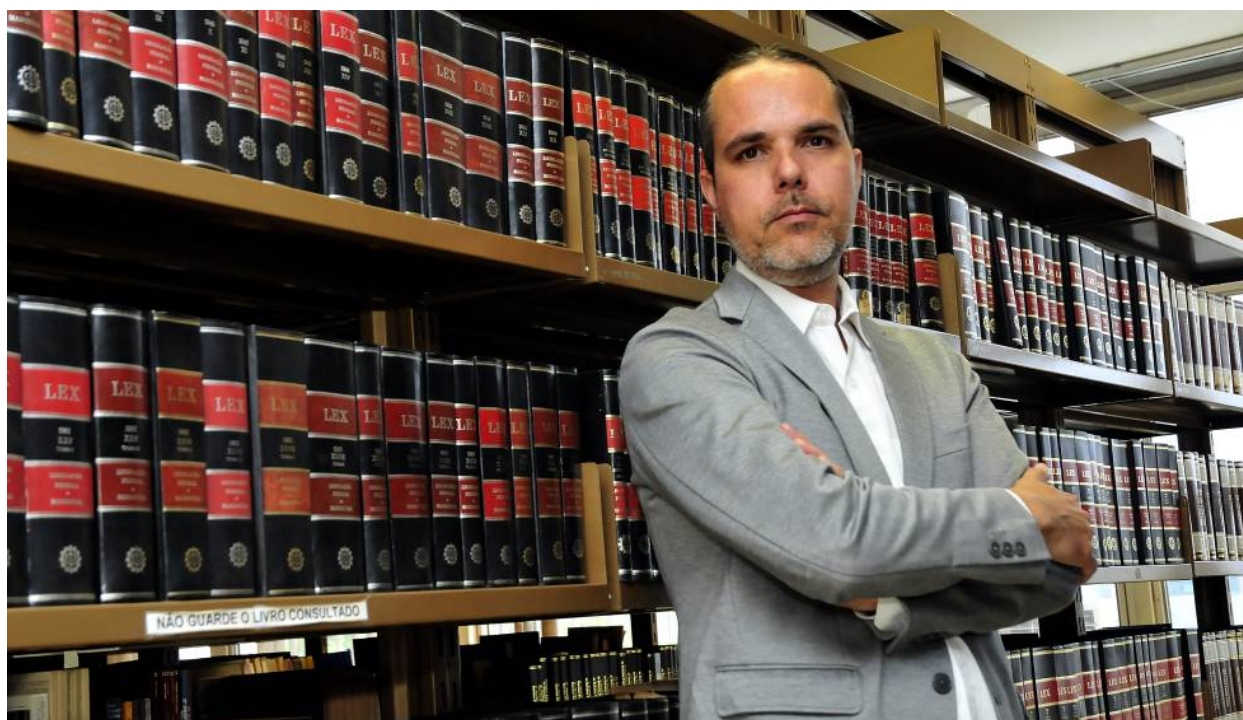
O resultado da seleção dos participantes e equipes será divulgado no site da Fiocruz Brasília, no dia 5 de junho.

O *Hackaton* é promovido pela Fiocruz Brasília, em parceria com o Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs), o Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia do Senai, o Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Universidade de Brasília (UnB).

Quase metade das mulheres terá dificuldades em se aposentar com reforma de Temer, diz pesquisador do IPEA

Marcelo Medeiros, professor da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), além de pesquisador visitante da Universidade de Yale, está muito atento ao debate sobre a reforma da Previdência. Para ele, a reforma é necessária, mas não pode ser feita às pressas, nem deixar de lado as pessoas mais vulneráveis. Ele acredita que o Governo precisa rever algumas concessões, pensar em longo prazo e corrigir medidas como excluir estados e municípios da reforma.

[\(El Pais, 03/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)



Marcelo Medeiros na UnB. ARQUIVO PESSOAL

Pergunta. A reforma da Previdência é necessária?

Resposta. Esta reforma não vai ser definitiva. O Brasil precisa de uma reforma da Previdência agora e, provavelmente, de outra em um futuro não muito distante. Mas ser a favor de reforma não significa aceitar qualquer reforma. Não dá para ignorar que o país é muito desigual e que a Previdência reflete isso. Uma fatia pequena das aposentadorias e pensões é responsável pela maior parte do gasto previdenciário. Se é para fazer economia, é nessas aposentadorias mais altas que a economia precisa ser feita. Tratar todo mundo da mesma maneira é injusto. Os mais pobres, que entram e saem do setor informal, têm que ter mecanismos de proteção dentro da reforma, senão a carga em cima deles é excessiva. A responsabilidade fiscal tem que andar de mãos dadas com a responsabilidade social.

P. Este é o momento ideal para fazer a reforma?

R. Seria melhor se FHC ou Lula tivessem feito. Os dois tinham muito apoio popular, tentaram e avançaram, mas muito pouco. Este é um momento político ruim para discutir a Previdência. O governo está fragilizado porque, na prática, não foi eleito para isso e o Congresso está sob acusações graves,

tem pouca legitimidade para mudanças constitucionais. O risco de tomar decisões sem legitimidade é que elas podem ser mais facilmente revertidas no futuro. Veja a PEC que limitou os gastos públicos, por exemplo. É o Congresso fragilizado de hoje tentando mandar no orçamento de um Congresso que ainda vai ser eleito daqui a quinze anos. É difícil políticos aceitarem isso, é provável é que a PEC seja desmontada por governos futuros.

Mas o pior não é isso. Decisões apressadas e sem convencimento generalizado criam condições para que surjam governos populistas. Na próxima década teremos um país saindo de uma recessão, com restrição a gastos públicos, pressões de natureza econômica e social, e as duas forças políticas de equilíbrio, PT e PSDB, extremamente fragilizadas internamente e externamente. Em política é difícil prever o futuro, mas o caldo de cultura para o populismo está criado. Não é o caso de um embate entre direita e esquerda, é outra coisa. Populistas não têm ideologia.

P. Por que você diz que a reforma não é definitiva?

R. Em política e economia não existe isso de tudo ou nada. Não existe reforma definitiva, porque o mundo muda e as políticas têm que acompanhar a mudança. Nosso modelo de Previdência se encaixa bem em uma sociedade em que todo mundo tem emprego estável e de carteira assinada. Funcionaria bem na Europa de antigamente. Mas o trabalho no mundo inteiro está passando por uma transição, cada vez menos gente trabalha como empregado estável. Estão crescendo os trabalhos temporários por conta própria, como se a pessoa fosse uma empresa e não um empregado. Isso tem implicações para a Previdência, pois quem faz as contribuições para financiar a Previdência são os empregados formais. Advogados e médicos são exemplos da mudança, eles trabalham como empresas individuais ou coletivas e por isso pagam bem menos à Previdência. Isso também acontece com pessoas de renda mais baixa, a empregada doméstica regular vai sendo substituída pela diarista. Se isso continuar a forma de financiamento [da Previdência] terá que ser outra, algo como o Imposto de Renda, por exemplo. Como as mudanças já estão ocorrendo, é melhor começar a pensar nelas agora.

P: Mas e o trabalho hoje?

R: O mercado de trabalho no Brasil hoje tem três características que são importantes para a Previdência: muita informalidade, muita gente com renda baixa e uma diferenciação entre homens e mulheres. Muita informalidade significa que as pessoas não têm carteira assinada e, por isso, é difícil para elas contribuir para Previdência durante anos seguidos até atingir o mínimo de 25 anos para se aposentar. Renda baixa agrava o problema, pois é difícil para quem ganha pouco deixar de gastar com a família para contribuir como autônomo. Para cuidar de filhos e netos mulheres caem na informalidade ou saem do emprego durante um certo tempo e isso reduz seu tempo de contribuição, tornando mais difícil sua aposentadoria. Não se trata exatamente de uma escolha, mulheres não têm alternativas como creches e escolas em tempo integral. Combine essas coisas e a conclusão é uma só: existe uma parte grande da população brasileira que trabalha muito, mas terá grande dificuldade para cumprir 25 anos de contribuição e se aposentar. Os cálculos são de que para mais de um terço da população, esses 25 anos são tempo demais. Para as mulheres, aliás, é bem pior, quase metade terá grande dificuldade. É errado tratar todos da mesma forma, aposentadorias de baixa renda têm que ser mais acessíveis. Não é uma questão de mexer nas idades e sim nos tempos de contribuição para aposentadorias no valor mínimo.

P. Em um artigo escrito para a *Folha de S. Paulo*, economistas do governo afirmam que a reforma da Previdência tem que incluir o BPC (Benefício de Prestação Continuada) por conta de “distorções” no programa. Qual sua opinião à respeito?

R. Distorções no BPC não justificam reduzir seu valor. Se o BPC tem problemas administrativos, eles não vão ser resolvidos pela reforma da Previdência, tem que ser resolvido na esfera administrativa. Coisa, aliás, sobre a qual o governo não tem que reclamar, afinal ele tem o dever de administrar direito o BPC. Toda política precisa de ajustes contínuos, o BPC não é diferente. O governo se queixa de concessão por juízes, mas é preciso saber melhor o que está acontecendo. As linhas de pobreza do BPC são mais baixas que as do Bolsa Família, parte do problema pode ser que os juízes

estão entendendo que isso é duro demais com idosos pobres. Não há nada de errado em levantar um debate público sobre quem merece proteção social no país e criar leis que reflitam escolhas sobre o que fazer com os idosos. Não precisa mudar a Constituição para isso. O que não pode haver é antipatia em relação à assistência social.

P. Então a reforma vai acabar sendo paga só pelos pobres?

R. Isso não é verdade. Há regras na proposta de reforma que são muito positivas e não afetam tanto os mais pobres. Um exemplo é o fim da aposentadoria por tempo de serviço. Essa medida afeta todo mundo, mas afeta mais os trabalhadores de renda mais alta. Mas existem trabalhadores de renda mais alta que estão sendo poupados sem nenhuma justificativa econômica para isso, só pelo receio de seu poder político. É muito ruim ter uma reforma dura com as mulheres e com os trabalhadores do setor informal enquanto militares e funcionários públicos de Estados e Municípios são deixados de fora. Não tem problema ter desigualdade se ela for criada para proteger os mais pobres. Mas então você cria a mesma regra para ricos e pobres e o primeiro gesto é dizer “é igual para todo mundo exceto certos grupos onde estão os mais ricos”? Não dá para começar uma reforma de forma ambígua e esperar que todo mundo confie na promessa de que esse problema vai ser enfrentado depois. Tem que haver um prazo limite para que Estados e Municípios façam suas reformas e a lei para mudar a aposentadoria dos militares tem que ser apresentada dentro do pacote político que discute a reforma geral.

P. A reforma da Previdência pode ter um impacto negativo na economia?

R. Tem impacto na economia, mas não dá para especular. As mudanças não têm grande impacto agora, vão começar a ser sentidas daqui a uma década. É difícil porque a gente não sabe como o Brasil será daqui a dez, vinte anos, principalmente no cenário atual onde a instabilidade é forte.

P. Como a reforma da Previdência pode impactar na vida das mulheres?

R. Na proposta inicial não havia preocupação alguma com as mulheres. O Congresso quer mudar isso. Se a proposta inicial não for alterada, o impacto

negativo na vida das mulheres vai ser forte e não está claro que a economia feita compense. Por exemplo, há a ideia de impedir o acúmulo de aposentadorias e pensões. Isso por um lado tem que ser feito, para controlar aposentadorias muito altas. Mas precisa ser mais bem calibrado para aposentadorias de valor baixo, usando, por exemplo, um teto para o que pode ser acumulado, podendo até mesmo haver um certo desconto no valor final. Isso está sendo discutido agora e é mais sensato do que simplesmente proibir qualquer tipo de acumulação.

Tem muita gente falando de idades mínimas, mas para as mulheres mais importante que as idades são os tempos de contribuição obrigatórios, porque as mulheres saem do emprego formal para cuidar das crianças e demoram um pouco para voltar. Como isso não vai mudar facilmente, precisa ser levado em conta pela Previdência, os tempos de contribuição mínimos das mulheres têm que ser menores que os dos homens, ao menos para as aposentadorias de valor mais baixo.

Tudo isso tem um custo, portanto é preciso discutir as alternativas levando os gastos em consideração. Aliás, tem que discutir os custos dessas e das outras alternativas. A pergunta tem que ser “com custo do benefício que vamos dar para determinada categoria profissional, o que nós poderíamos fazer pelas mulheres ou pelos trabalhadores do setor informal”? A reforma foi feita correndo e não se discutiu alternativas. Não teve um debate muito claro. E é evidente que o Governo está tentando apressar o Congresso. Mas nós precisamos de uma reforma que seja socialmente e fiscalmente responsável. Uma coisa não pode existir sem a outra.

“As escolas têm que pautar a

questão da violência contra as mulheres indígenas”, diz Brulina Baniwa no Dia Laranja

Na ocasião do Dia Laranja Pelo Fim da Violência contra Mulheres Indígenas, neste dia 25 de abril de 2017, a ONU Mulheres entrevista Brulina Aurora Baniwa, presidenta da Associação de Estudantes Indígenas da Universidade de Brasília - AAIUnB.

[\(ONU Mulheres, 25/04/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Brulina fala sobre a importância da demarcação de terras para a luta das mulheres, o contexto de violência contra as indígenas dentro e fora de suas comunidades e a importância da educação para a prevenção da violência e a valorização da diferença e da diversidade.



Braulina Aurora Baniwa, presidenta da Associação de Estudantes Indígenas da Universidade de Brasília

- A demarcação de terras é uma pauta de enfrentamento à violência contra as mulheres? Que outras nuances e aspectos precisamos compreender quando falamos de violência contra as mulheres indígenas?

Ainda pautamos e vamos continuar pautando a demarcação de nossos territórios. É a partir do território que a gente mantém o sistema tradicional de formação e educação cultural. Porque é a partir do olhar dos mais velhos, que estão no nosso território, que recebemos e mantemos nossas estruturas tradicionais. O território é o espaço de cada povo, é lá que mantemos a relação espiritual com a nossa terra mãe. No cenário nacional para povos indígenas, lutamos pela garantia de direitos conquistados, evitando os retrocessos. Uma das principais reivindicações de mulheres indígenas é o

território, pois é a partir dele que discutimos e reivindicamos as políticas públicas para nós. Como estudantes indígenas, também temos lutado pela garantia de uma educação de qualidade e pelo enfrentamento da violência nas universidades, onde observamos que há a necessidade de políticas específicas para os e as estudantes indígenas, pois não há uma política no sistema das universidades que atenda às nossas especificidades.

- Como a violência ao território indígena afeta as mulheres?

Acredito que é muito complexa a questão da violência, porque estamos ainda no início da discussão sobre o [seu] enfrentamento. Como tratar disso? Como encorajar que nossa parenta [mulher indígena] tenha condição de falar? Que condição vamos dar para ela denunciar? E como denunciar? No nosso território, por exemplo, existe violência, mas não existe uma delegacia da mulher. Como aplicar a Lei Maria da Penha num território indígena? Sempre existiu a violência, mas como cuidar da inserção de produtos industrializados, como o álcool, que tem aumentado muito? Na minha região (Rio Negro - São Gabriel da Cachoeira), muitas meninas foram violentadas e não sabemos a quem recorrer. Temos perdido alunos, professores, por violências praticadas por pessoas que não são indígenas. O Estado não dá a mínima para essas questões. É como se a mulher estivesse sempre errada, “ela que não deveria estar naquele lugar naquele momento”. Este nunca é considerado um problema do homem. A gente denuncia, mas ainda somos pouco assistidas por parte do Estado. Para diminuir isso, as escolas também têm que pautar a questão da violência. A partir da educação sobre como ajudar o seu próximo podemos avançar. Parece que é de outro mundo falar disso. Como encorajar a denúncia? Porque sabemos que a violência não é só física, existem outras formas de violência. Quando tratamos disso em populações tradicionais, os homens vão dizer que as mulheres estão querendo mandar na vida deles. Não tem uma lei que nos ampare de forma diferente, que nos ampare enquanto mulheres indígenas. Estamos tratando desse tema em rodas de mulheres e amigos aos poucos, mas ainda há resistência, porque as primeiras perguntas que aparecem são: Se eu denunciar meu parceiro, quem vai levar comida para a minha casa? Quem fazer a roça? Como vai ser a minha vida ao tomar essa decisão? Por isso, temos que levar essa sensibilização para os homens também, para eles entenderem que aquela prática é uma violência. Não é se separar dos homens. Eu pauto que o direito de voz das mulheres indígenas

não seja visto como um desrespeito com os homens, mas que signifique unificar nossas lutas. A partir do momento que os homens abraçarem nossas causas como mulheres, acredito que vamos dar um grande passo. Este ano é o segundo ATL (Acampamento Terra Livre) em que será pautada a questão das mulheres indígenas. Estamos caminhando a passos lentos, mas estamos sendo recebidas. Sempre reivindicamos estes espaços, mas não pautávamos esse tema nesses grandes eventos. Acho que a militância das mulheres é hoje referência para as mulheres e para homens também na busca por melhor qualidade de vida e direitos para os e as indígenas.

- A violência contra mulheres indígenas nas universidades é um tema recente. Você poderia falar um pouco mais sobre a especificidade da violência no contexto indígena? O que significa compreender essa violência e ser capaz de falar sobre ela para mulheres indígenas?

Vai muito pela discriminação, o racismo que as alunas do nosso coletivo vêm sofrendo. A violência vem quando o professor olha pra aluna e diz “você não tem essa capacidade, você não tem cara de quem vai ser uma boa profissional. Você não tem capacidade de passar por aquela prova, aquela matéria...”. Tudo isso já é uma violência, pelo fato deles discriminarem antes de darem a oportunidade delas mostrarem que estão ali aptas a aprender. Recebem essa violência antes de se sentar para conversar, de sentar para ouvir as problemáticas internas que nós estamos sofrendo. Mas se é isso que ele [professor] acha no externo, nossa força interior é muito maior. Não sou eu que estou aqui, eu estou representando meu povo. Temos a nossa espiritualidade. E conseguimos voltar bem mais fortes para enfrentar aquela situação. Há dois anos, com a nova equipe de Coordenação de Diversidade da Universidade de Brasília temos tido um acompanhamento mais próximo dessas alunas sofrem violências de professores e de colegas de classe.

- Como foi a sua ida para a Universidade de Brasília?

Tenho uma trajetória bem interessante. É uma escolha bem individual e também a aceitação da família. Sou a caçula de oito irmãos. Meus pais incentivavam muito para que continuássemos nossos estudos. Meus irmãos foram os primeiros a sair da comunidade para terminar o ensino fundamental. Minha irmã do meio também foi a primeira a sair de casa para

estudar. E aí, para nós, os mais novos, foi mais fácil. Sobre a escolha pelas ciências sociais e a antropologia, sou ativista dos movimentos indígenas na minha região desde que nasci. Meus pais sempre frequentaram as rodas e movimentos, assim como meus irmãos. Passei a trabalhar com meu povo com a comercialização de artesanato, com a arte. Depois, tive oportunidade de trabalhar com os 23 povos do Rio Negro. Mas teve um momento em que me vi incapaz de ajudar. Precisava de uma formação para melhorar a forma de ajudar a eles e de me ajudar também. Queria estudar isso. Tinha amigos indigenistas, que defendem nossos direitos, e eu queria ver o outro lado. Queria entender por que os brancos se interessavam tanto em estudar os índios. E era eu quem recebia eles [em Rio Negro], porque fazia o documentos deles nas entradas das aldeias indígenas. Foi quando surgiram vestibulares específicos para a população indígena no Brasil. Brasília era a minha opção número um e São Carlos, a opção número dois. Quando eu passei, muita gente disse “nossa, meus pêsames. Por que você fez isso?”. Porque [ciências sociais] era visto dessa forma. É uma área que eu preciso entender, para entender um pouco desse universo de um curso que explora tanto a questão indígena. O primeiro semestre foi maravilhoso porque não sabia direito onde havia me metido. Ainda é meio constrangedor. Tem indígenas estudando medicina, direito, etc., e eu “não faço nada, faço ciências sociais”, porque eles não entendem o que é estudar esse universo maravilhoso que é a sociedade. Como meu povo me vê? Uns admiram a minha coragem de sair do meu mundo pequeno (pai e mãe ali) e hoje estar num lugar de tentar entender esses dois lados, sem deixar de ser filha e irmã, mas correndo atrás do que queremos. Não sei se tem orgulho, mas algumas vezes sou citada e convidada a falar sobre a experiência de estar na universidade. Somos poucas mulheres do meu povo na universidade ainda.

- Como foi sua acolhida pela Associação de Estudantes Indígenas da UnB?

Meu grupo ingressou na UnB no último vestibular lançado pela UnB em 2013. Já existia um corpo de coordenação de estudantes indígenas e de recepção dos novatos. Quando cheguei, conheci de imediato duas alunas que são da minha região. (Rio Negro é muito grande, você pode encontrar pessoas de lá que nunca havia visto antes). Os contextos são muito diferentes. Ao chegar numa universidade e lidar com a diversidade de povos,

não tem como estabelecer uma confiança de imediato, você se sente só, mesmo estando em meio a várias pessoas. Até se identificar com as pessoas, formar um grupo familiar, leva algum tempo. Aos poucos fui recebida e três meses depois que eu cheguei já me incluíram como parte da Associação de Estudantes Indígenas da UnB (AAIUnB). Já cheguei colaborando dentro do grupo porque já tinha um histórico [ativista] na minha região. Era uma honra, porque não era esperado que os veteranos confiassem nos calouros. Os oito estudantes que vieram nesse mesmo período entraram já fazendo parte da Associação. Hoje, estou como presidente da AAIUnB. É uma surpresa porque sou a novata do grupo. Mas, falei para todos que só iria aceitar o cargo se todos me apoiassem. Foi indicação por unanimidade na Assembleia. A Maloca [espaço onde se situa a Associação de Estudantes Indígenas da UnB] é administrada por nós com apoio da Coordenação de Diversidade da UnB. E há disputas com outros grupos que questionam como um grupo tão pequeno conseguiu este espaço. Mas, queremos também apoiá-los. É um desafio dentro do grupo da Diversidade que existe na universidade. Mas, sempre trabalhamos em parceria com outros coletivos.

- E como a educação pode ser mais inclusiva em relação às tradições indígenas? Haverá novos vestibulares específicos para a população indígena?

Essa é a nossa bandeira de luta dentro da universidade. Há uma cobrança por parte das nossas regionais. “E aí, quando vai acontecer o próximo vestibular?”. É como se tivéssemos parado no tempo. “Não estão vindo novas pessoas?”. “Por que parou?”. Nós da Associação entregamos um documento em 2015, reivindicando o vestibular específico para indígenas. O documento foi assinado no mesmo ano pela Reitoria, prometendo um edital para 2016, mas ele não saiu. A instituição alega que não tem recursos para realizar o vestibular, pois as provas são feitas nos polos regionais. E nossa solicitação é que seja realizada a prova, independente dos recursos para trazê-los à Brasília ou ir até as regiões. Com a nova Reitora esperamos que ela abrace a causa e trabalharemos para a entrada de mais jovens.

- Como se deve repensar o currículo nas escolas e universidades para contemplar as demandas da população indígena no aprendizado?

Esse vai ser o próximo passo. Já tem iniciativas por parte de departamentos onde estão alunos indígenas. O coletivo conseguiu do Departamento de Saúde Coletiva criar a matéria sobre Saúde Indígena, onde os alunos indígenas dão aula para os demais alunos da universidade, trazendo um pouco do contexto dos indígenas e falando também para esses profissionais que vão atender a população indígena, porque somos mais de 300 povos, seja no município ou nas aldeias. Então, que eu saiba este é o único Departamento em que os indígenas são professores e monitores da matéria. Em outros departamentos ainda é a leitura daqueles que estudaram os indígenas. Não são indígenas que dão aulas. Mas existem outros departamentos, como o CEPPAC, que utilizam autores indígenas em sala de aula, não estudam somente os clássicos europeus. Tem leituras que não têm nada a ver com nossa realidade. Sendo que já temos autores e intelectuais indígenas que escrevem e que queremos ler. Já há uma inserção por parte dos que trabalham com os indígenas de ampliar isso, mas será o próximo passo, porque temos enfrentado muito essa resistência com a própria presença indígena na graduação. Muitas ainda dizem que “agora tem indígena, vai cair a nota da Pós”. Parece que você é sempre um problema para aquele determinado curso.

- A infraestrutura urbana (a falta de iluminação, de transporte adequado, de segurança) foi um problema levantado pelas mulheres do Voz das Mulheres Indígenas, projeto realizado pela ONU Mulheres e lideranças indígenas do país. Como essa questão é enfrentada pelas mulheres indígenas dentro da universidade?

A gente convive com isso diariamente. Temos alunos que estudam à noite. Sempre fica aquele medo do que pode acontecer, porque o campus é muito grande. A maioria de nós mora em cidades satélites. Tento sempre não andar sozinha. Falamos sempre para o grupo para andarem em mais de duas pessoas. É perigoso não só para as mulheres, mas para os homens também. Tentamos alertar ao máximo, para não ultrapassarem o horário de aula, saírem em grupo. Se a aula terminar mais cedo, esperar o outro voltar para sair junto. A gente vira mãe e irmã, sempre uma protegendo a outra. Somos muito pequenos, se sofrermos violência física, não vamos resistir. É isso que falamos para os meninos. Mas, até o momento não tivemos relato de nenhuma situação dessa no grupo.

- A Lei Maria da Penha e outras leis e serviços para mulheres em situação de violência que o Estado oferece dão conta das necessidades das mulheres indígenas?

Eu sempre falo que tenho várias mulheres como referência de liderança que estão nos espaços políticos, nas universidades. No nosso interno, como comunidade e região, conversando com colegas da região Norte (Solimões e Rio Negro), avaliamos que ainda não falamos sobre isso nas nossas comunidades. Mas são pautas que precisam ser faladas. Precisamos perder mais uma menina, uma mulher, para falar sobre isso? Não! Precisamos prevenir a violência, seja a doméstica ou outras formas. Nesse momento de multiplicação de mulheres se empoderando, enfrentando essa violência -por se empoderar, quero dizer ter voz, falar-, as meninas na minha região fizeram uma solicitação na Assembleia pedindo que elas também tivessem a voz naquele evento. Hoje, como temos várias lideranças [mulheres] em espaços indígenas, conversamos internamente, mas ainda há uma herança colonial patriarcal, em que só homens podem falar, que só é possível formar uma família no sentido tradicional, uma herança que o colonialismo nos deixou. Queremos ser ouvidas e compreendidas nesses espaços. Essa lei pode não funcionar para essas comunidades, mas podemos, a partir dela, estudar uma forma de punir as violências que acontecem nessas comunidades indígenas, lidando com a realidade de cada povo, ver uma forma de discuti-la e melhorá-la. Existem comunidades indígenas muito próximas do contexto urbano. Do meu povo esse deslocamento leva três ou quatro dias de barco até a cidade. Como vamos lidar com essa lei nesses diferentes contextos é um desafio para nós dentro das universidades, mas para os que estão na comunidade também. Não posso pensar em algo para os que estão próximo da cidade que seja o mesmo para as comunidades. Tem de haver diálogo, uma construção, para não prejudicar esses dois lados.

Aluno que matou ex-namorada dentro da UnB é condenado a 23 anos de prisão

Vinícius Ribeiro foi considerado culpado pelo homicídio quadruplamente qualificado de Louise Ribeiro

O ex-aluno da Universidade de Brasília (UnB) Vinícius Neres Ribeiro foi condenado nesta segunda-feira a 23 anos e 10 dias de prisão pelo assassinato de Louise Maria da Silva Ribeiro, sua ex-namorada. O crime ocorreu em 10 de março do ano passado, dentro de um dos laboratórios de Biologia da universidade.

[\(O Globo, 04/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Vinicius foi considerado culpado de homicídio quadruplamente qualificado (asfixia, feminicídio, motivo torpe e recurso que dificultou a defesa da vítima) e pela destruição parcial do cadáver da vítima. A pena, inicialmente de 25 anos, foi reduzida pelo jovem ser réu primário e por ter menos de 21 anos.

Leia mais:

[Condenado a 23 anos por matar ex na UnB vai recorrer, diz advogada \(G1/Distrito Federal, 04/04/2017\)](#)

[Frieza marca depoimento de condenado por morte de Louise Ribeiro \(Correio Braziliense, 04/04/2017\)](#)

O julgamento durou cerca de dez horas e ocorreu no no Tribunal do Júri do Distrito Federal (TJ-DF), em Brasília. Filas foram formadas do lado de fora da corte para acompanhar a sessão, que ficou lotada.

Segundo a denúncia, Ribeiro não se conformava com o fim do relacionamento com a vítima. Louise teria sido atraída pelo acusado até o laboratório, onde foi asfixiada com o uso de clorofórmio. Ribeiro, de acordo com a denúncia, ainda destruiu parcialmente o corpo, levando-o para lugar ermo e ateando fogo no cadáver. Louise estava no 4º semestre de biologia e fazia estágio no

Ibama.

LGBTs buscam mais espaço na universidade

A terceira reportagem da série que homenageia a UnB e os seus 55 anos de história mostra a luta de uma transexual para a conquista de espaço dos LGBTs no meio acadêmico

Alunos transexuais podem ser identificados por seus nomes sociais nos documentos internos da Universidade de Brasília (UnB), como carteiras de estudante, listas de chamada e crachás. A decisão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) vale desde 2012. No entanto, a instituição nunca a regulamentou de fato. Com isso, entre outros problemas, o nome social do estudante trans não aparece nos sistemas virtuais. Se o professor não tiver a boa vontade de lançar as notas de acordo com o número da matrícula, o universitário fica sem avaliação e perde o semestre letivo da disciplina.

[\(Correio Braziliense, 23/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Para mudar essa e outras realidades, Lucci Laporta, 24 anos, mulher transexual, decidiu se tornar militante. Estudante de serviço social, ela organiza manifestações e debates no meio acadêmico. Também dialoga com representantes da instituição que cuidam das questões relacionadas à diversidade. Para ela, o transfeminismo tem ganhado espaço na UnB, mas precisa de mais visibilidade. “Não há sequer um censo sobre trans, gays e lésbicas. Isso é fundamental para a criação de políticas para LGBTs”, exemplifica.

Lucci ingressou na UnB em 2011, quando deu início à militância. “A primeira batalha foi para que o feminismo lutasse pelo transfeminismo. No início, nós (os transexuais) estávamos fora dessa luta. Sofríamos preconceitos até de

feministas”, conta ela. Lucci sentiu rejeição por parte de vários estudantes e professores de diversas áreas. “Eu e muitos transexuais fomos reprovados em disciplinas irregularmente, por causa da falta do nome social no sistema da UnB. Teve alunos trans que ouviram grosserias de professores e só conseguiram reverter a reprovação por meio de ação disciplinar.”

Sem perspectiva

Lucci se considera uma trans privilegiada, porque a maioria não consegue sequer concluir a educação básica. “As escolas são tomadas pela transfobia. Dessa forma, primeiro, uma pessoa transexual é expulsa da escola. Depois, de casa. Por fim, acaba na rua, onde tem que se prostituir para sobreviver”, comenta. Enredo respaldado por números. Cerca de 90% dos transexuais e travestis no Brasil recorrem à prostituição por falta de outras opções de trabalho, segundo a Agência Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

Além de poucos transexuais ocuparem as universidades, menos ainda chegam a ser pesquisador, professor, por causa do preconceito e das políticas voltadas a essas pessoas, denuncia Lucci: “A transfobia está institucionalizada na sociedade e na universidade. O nome social é precário. Falta à elite acadêmica compreender as necessidades reais das pessoas trans e interpretá-las de forma ampla, com educação e informação. Os sistemas de seleção para a docência, por exemplo, são excludentes”.

A universitária considera urgente a necessidade da regulamentação do nome social na UnB e um esclarecimento aos servidores por meio de palestras, seminários, sobre o que é a transexualidade. “A universidade precisa fazer a comunidade acadêmica entender e respeitar as pessoas trans. Ensinar, por exemplo, como se dirigir a uma mulher e a um homem trans, quais as diferenças”, observa. Ela também reivindica banheiros para transexuais nos câmpus e um laboratório no Hospital Universitário (HUB) para atender essas pessoas.

Rejeição em casa

A militante de aparência frágil, mas palavras fortes, acredita que só chegou à universidade por não ter se revelado uma trans na infância nem na adolescência. “Eu me assumi aos 17 anos. O meu pai já havia morrido. A

minha mãe nunca me aceitou. Saí de casa há seis anos, por causa disso. Converso com o meu irmão”, relata. Nascida em São Paulo, Lucci se mudou com a família para Brasília em função da transferência do pai, servidor da Caixa Econômica Federal, quando ela tinha 10 anos. Morou até os 14. Depois, a família voltou para a capital do país, quando ela tinha 17.

Na UnB, Lucci ganhou amparo em meio aos colegas e professores do curso de serviço social. Por meio do WhatsApp, criou um grupo de alunos transexuais e lésbicas. Até ontem, era composto por 22 pessoas. “Acredito que a UnB tenha o dobro. O que, comparado aos cerca de 35 mil matriculados, é quase nada. Portanto, somos a minoria das minorias”, pondera. Mais recentemente, por meio do coletivo Juntas, as mulheres transexuais se uniram ao movimento feminista na luta por conquistas no universo acadêmico.

Renato Alves

75% da população quer prioridade para políticas de promoção da igualdade de gênero nas cidades

8 em cada 10 mulheres querem municípios mais igualitários, aponta pesquisa Ibope/ONU Mulheres que traz um inédito indicador de demanda por equidade de gênero nas cidades. Condições de trabalho e salários, educação, participação política e espaços em esferas de governo são bases para indicador desenvolvido no estudo

[\(ONU Mulheres, 14/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Realizada no contexto da [Agenda Cidades 50-50: Todas e todos pela igualdade](#), a pesquisa apresenta informações estratégicas sobre a importância das políticas públicas municipais para a promoção da igualdade de gênero. Os resultados indicam o nível de prioridade que os atuais prefeitos e prefeitas, vereadores e vereadoras devem conferir a diversas áreas avaliadas em nível macro e a partir de questões específicas.

Leia mais:

[Pesquisa mostra preocupação de brasileiros com política de igualdade](#)

O estudo mostra que 75% dos brasileiros e brasileiras consideram de grande ou extrema importância que gestores, gestoras, legisladores e legisladoras desenvolvam políticas de promoção da igualdade entre mulheres e homens. Considerando-se apenas as mulheres, esse número cresce para 78%, enquanto que entre os homens é de 71%.

Para chegar ao inédito **indicador de demanda por equidade de gênero nas cidades**, as pessoas entrevistadas responderam sobre que grau de importância vereadoras, vereadores, prefeitas e prefeitos devem dar a três dimensões: mesma oportunidades de acesso e desenvolvimento na educação e na cultura; no mercado de trabalho e mesmos salários; e de atuação nos partidos políticos e nos governos

Para 77% são muito/extremamente importantes políticas públicas que incentivem as mesmas oportunidades de acesso e desenvolvimento na educação e na cultura. 78% consideram muito ou extremamente importante que as prefeituras e câmaras municipais promovam políticas que incentivem o acesso de mulheres e homens as mesmas oportunidades de trabalho e mesmos salários. E 69% consideram muito/extremamente importante que prefeitos/as, prefeitas, vereadoras e vereadores promovam políticas visando assegurar oportunidades iguais de atuação em partidos políticos e governos para mulheres e homens.

Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres no Brasil, avalia que a pesquisa é um marco para a articulação entre gestão municipal e gênero, porque estabelece indicadores de demanda por igualdade entre mulheres e homens nas cidades. “Passamos a ter dados sobre as percepções de

brasileiras e brasileiros sobre as suas condições de vida no contexto das relações de gênero, assim como a indicação sobre o que deve ser feito por prefeitas e prefeitos em áreas fundamentais da vida de uma cidade, tais como trabalho, salário, educação e participação política, agregando as dimensões de raça e etnia às questões de gênero. São informações preciosas e totalmente de acordo com os desafios assumidos pelo governo brasileiro no marco da Agenda de Desenvolvimento Sustentável, com vistas ao enfrentamento das desigualdades de gênero e à eliminação do racismo”, considera Gasman.

8 em cada 10 mulheres querem cidades mais igualitárias – Se 3 em cada 4 brasileiros e brasileiras consideram fundamental a construção de cidades mais igualitárias, a análise dos dados segmentados por sexo evidencia como as mulheres tenderão a cobrar mais reconhecimento e garantia de direitos às novas gestões das prefeituras e legislativos municipais. A pesquisa indica que prefeitas, prefeitos, vereadoras e vereadores devem olhar com muita atenção as demandas das mulheres, que têm estado à frente de manifestações de rua, ocupações de escolas e são mais de metade da força de trabalho no país. De acordo com o estudo, são 81% as mulheres que consideram muito ou extremamente importante a igualdade no mercado de trabalho, enquanto 73% dos homens têm a mesma opinião.

Os mesmos percentuais (81% das mulheres e 73% dos homens) avaliam que o “acesso e desenvolvimento na educação e na cultura” são muito/extremamente importantes na garantia de igualdade de gênero.

E 72% das mulheres e 65% dos homens percebem como muito/extremamente importante o desenvolvimento de políticas de incentivo à participação das mulheres em igualdade de condições e oportunidades nos partidos políticos e governos.

Ao aplicar-se um recorte por raça/cor, os números encontrados são semelhantes. Para 75% dos brancos e brancas, 74% dos negros e negras (pretos, pretas e pardos e pardas) e 78% das pessoas que se autodeclararam de outra raça/cor (amarelos, amarelas e indígenas, por exemplo) o desenvolvimento de políticas públicas de igualdade de gênero tem

muita/extrema importância.

Para a socióloga e especialista em pesquisa de opinião Fátima Pacheco Jordão, “esse é um resultado da maior importância, que merece destaque, pois com todas as desigualdades historicamente consolidadas para pessoas com diferentes condições de raça e etnia no Brasil, a pesquisa demonstra que prevalece uma alta e homogênea demanda por igualdade de gênero. Em um país racista como o nosso, a desigualdade de gênero é uma preocupação importante para 3 em cada 4 brasileiros. Esse dado reforça a necessidade de debater e propor políticas para tornar as cidades mais igualitárias especialmente para as mulheres negras, que sofrem mais os efeitos das discriminações”.

Fátima Jordão, que é conselheira do Instituto Patrícia Galvão, explica que “quando não há diferenças entre os segmentos evidencia-se que o problema é de percepção generalizada. Logo essas questões ganham um peso político muito grande para prefeitos e vereadores se debruçarem”.

Indicador inédito - Além de conhecer o grau de importância e de urgência atribuído pela população a políticas públicas municipais que assegurem igualdade às mulheres e homens, pela primeira vez uma pesquisa de opinião apresenta um ‘**indicador de demanda por igualdade de gênero**’.

O indicador é dado por três dimensões de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero: oportunidades e desenvolvimento na educação e na cultura; oportunidades de acesso ao mercado de trabalho e aos mesmos salários; e possibilidades de atuação em partidos políticos e nos governos.

Metodologia da pesquisa - 2.002 entrevistas com homens e mulheres de 16 anos ou mais em 143 municípios, com margem de erro de 2 pontos percentuais. Campo realizado entre 16 e 20 de fevereiro de 2017.

Cidades 50-50: *Todas e todos pela igualdade é liderada pela ONU Mulheres e conta com a parceria do Tribunal Superior Eleitoral, do Instituto Patrícia Galvão - Mídia e Direitos e o Grupo de Pesquisa Demodê, da Universidade de Brasília.*

Uma em cada cinco mulheres fará um aborto até os 40 anos, indica pesquisa

A segunda edição da Pesquisa Nacional de Aborto (PNA), realizada em 2016 pelo Anis Instituto de Bioética e pela Universidade de Brasília (UnB), aponta que 20% das mulheres terão feito ao menos um aborto ilegal ao final da vida reprodutiva, ou seja, uma em cada cinco mulheres aos 40 anos terá abortado ao menos uma vez.

[\(Agência Brasil, 12/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

De acordo com os dados, em 2015, 417 mil mulheres nas áreas urbanas do Brasil interromperam a gravidez, número que sobe para 503 mil se for incluída a zona rural. O tema [volta ao debate](#) depois que uma nova ação chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação, em qualquer situação.

Segundo a pesquisa, a mulher que aborta tem entre 18 e 39 anos, é alfabetizada, de área urbana e de todas as classes socioeconômicas, sendo que a maior parte (48%) completou o ensino fundamental e 26% tinham ensino superior. Do total, 67% já tinha filhos. A pesquisa aponta ainda que a religião professada não é impeditivo para o ato, pois 56% dos casos registrados foram praticados por católicas e 25% por protestantes ou evangélicas.

“Há tanto aborto no Brasil que é possível dizer que em praticamente todas as famílias do país alguém já fez um aborto - uma avó, tia, prima, mãe, irmã ou filha, ainda que em segredo. Todos conhecemos uma mulher que já fez aborto”, conclui o levantamento, que trata o tema como saúde pública.

A publicação do Ministério da Saúde “20 anos de Pesquisa Sobre Aborto do

Brasil”, de 2009, também traça um perfil de quem interrompe a gravidez no país. Segundo a pesquisa, são “predominantemente mulheres entre 20 e 29 anos, em união estável, com até oito anos de estudo, trabalhadoras, católicas, com pelo menos um filho e usuárias de métodos contraceptivos, as quais abortam com misoprostol [remédio abortivo popularmente conhecido como Cytotec]”.

Ao 38 anos, a professora Maria* mora em Brasília e relata que já fez aborto duas vezes, por razões diferentes, mesmo após já ter dois filhos. Com doutorado na área de ciências sociais, em 2003 se submeteu ao procedimento ilegal por estar em processo de separação.

“Ser criminalizado é péssimo, foi uma situação muito difícil. Tentei com Cytotec, mas não funcionou. Somente na terceira tentativa, com a inserção de um líquido em uma clínica, que doeu um absurdo, imediatamente começou a hemorragia. Concluí o procedimento com a curetagem na rede pública e consegui uma receita de benzetacil [antibiótico penicilina] para tomar todo dia por uma semana”, lembra.

Já em 2008, ela estava concluindo um mestrado quando engravidou e o pai da criança a acusou de “golpe da barriga”. Ele pagou pelo procedimento em uma clínica. “O pai forçou a barra, eu queria ter, já estava empregada e foi logo após perder uma amiga, que morreu por causa de um aborto mal sucedido. Mas aceitei porque precisa me concentrar para terminar o mestrado”, disse.

A artista plástica Ana*, também de Brasília, relata que não exitou quando teve uma gravidez indesejada e decidiu fazer um aborto. Na época com 28 anos e uma filha, havia descoberto uma traição do companheiro e decidido terminar a relação. “Eu sabia muito bem a dedicação que a criação de um filho exige. Morava com meus pais e não tinha condições de me sustentar. Fazia faculdade e trabalhava. Não sabia por onde começar, ou o que fazer. Conte para uma amiga, ela me acolheu e me ajudou muito. Conte para o parceiro e para a família e eles também me ajudaram. Com a indicação de uma médica, fui a uma clínica em Goiânia e o meu parceiro me acompanhou”.

Ela conta que o procedimento foi muito rápido, mas que teve medo de

morrer. “A anestesia não fez efeito direito e eu senti aquele ‘aspirador’ sugar tudo. O médico, assim como apareceu, sumiu, parecia até alucinação. A enfermeira, em seguida, me empurrou antibiótico, anti-inflamatório e analgésico e me fez levantar da maca. Saí em seguida caminhando pela rua com meu companheiro, sem entender o que tinha acontecido. Nos dias que se seguiram fiquei com medo de acontecer alguma coisa, achei que não estivesse bem, nem conseguia dormir. Alguns meses depois, vi no jornal a clínica sendo descoberta pela polícia”, conta.

Criminalização

Segundo a pesquisa do Ministério da Saúde, a criminalização do aborto atinge especialmente mulheres jovens, desempregadas ou em situação informal, negras, com baixa escolaridade, solteiras e moradoras de áreas periféricas. Ana* e Maria*, com perfil oposto ao descrito pelo estudo, conseguiram concluir o procedimento sem maiores problemas.

A Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto também lançou no ano passado o dossiê Criminalização das mulheres pela prática do aborto no Brasil (2007-2015), que relata 20 casos emblemáticos de criminalização da prática no período, além de trazer o contexto das leis.

A escolha de 2007 para o início do levantamento relembra caso do Mato Grosso do Sul, onde 10 mil mulheres tiveram seus sigilos médicos violados. Na época, profissionais de saúde foram condenados à prisão e mulheres a trabalhos alternativos em creches, “para ver que muitas mulheres podem criar um filho com um pouco de esforço”, segundo declarou o juiz na sentença. Este episódio também levou à criação da Frente Nacional.

A presidente do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida - Brasil sem Aborto, Lenise Garcia, defende a criminalização do aborto, mas concorda que isso não tem sido o suficiente para coibir a prática. “Dizer que a escolha é entre fazer o aborto legal ou fazer o aborto clandestino não é verdade. A escolha é sobre fazer ou não fazer o aborto. O direito sempre seria por não fazer o aborto, porque a criança também tem o seu direito. O aborto clandestino está tão presente por uma questão de impunidade. A grávida

descobre onde está a clínica e a polícia não descobre? Então, o aborto clandestino acontece pela impunidade, pela corrupção que muitas vezes envolve a própria polícia”, argumentou a professora, ao participar do programa *Diálogo Brasil*, da **TV Brasil**.

Ela defende que toda mulher grávida merece ter o acolhimento necessário para que possa ter seus filhos e afirma que “a maior parte delas opta por isso quando tem essa possibilidade”.

Visibilidade

Outro caso emblemático incluído no relatório é o da menina de 9 anos de Alagoinha (PE), vítima de estupro em 2009. A igreja local interveio e um centro médico se recusou a fazer o procedimento legal, sendo necessária a ação de entidades e a transferência de unidade para resolver o caso. No final, o arcebispo excomungou todos os envolvidos, menos o padrasto que estuprou a menina.

“São casos para visibilizar, processos inclusive que poderiam passar por procedimentos legais, mas que, por força do conservadorismo, dos valores morais, do julgamento individual das pessoas responsáveis, acabou violando direitos”, explica a socióloga Joluzia Batista, integrante do Comitê Impulsor da Frente.

De acordo com ela, dados de 2015 apontam que, no estado de São Paulo, 111 mulheres foram denunciadas por fazer aborto e estão respondendo a ação penal ou inquérito. No Rio de Janeiro, um levantamento mostrou que, de 2007 a 2011, foram abertos 334 inquéritos sobre aborto no estado.

**Nomes fictícios para preservar a identidade das mulheres*

Por Akemi Nitahara - Repórter da Agência Brasil

‘Sapatona doida’: Professor da Universidade Federal de Rondônia choca estudantes com ofensas em sala de aula

“Aquela vagabunda, entendeu? Defensora de aborto, de gênero. Vagabunda. Mande pra ela me processar, que eu provo que ela é.”

[\(HuffPost Brasil, 24/10/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Foram essas as palavras escolhidas pelo professor Samuel Milet, do curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), na última quinta-feira (20), para se referir à Sinara Gumieri, advogada e mestra em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora da Anis - Instituto de Bioética.

A advogada foi convidada a participar do evento “Por que é preciso falar de gênero no Direito?”, ocorrido em 13 de outubro e organizado pelo centro acadêmico do curso. O objetivo da palestra era discutir como o gênero se relaciona com a pesquisa e prática jurídicas.

Samuel Milet não permaneceu na palestra, pois ele dá “as costas” a quem “aplaude” a discussão do aborto.

Porém, o tema da exposição de Sinara foi retomado na aula de Direito das Sucessões por ele ministrada. Questionado por uma de suas alunas, Milet não economizou no tom machista.

A estudante, que preferiu não ser identificada, gravou um áudio de 15 minutos da conversa em sala de aula a pedido do próprio professor.

Milet demonstrou se sentir incomodado pela exposição da palestrante. Ele chegou a usar as palavras “bostinha” e “cocô” para se referir à advogada.

Além do aborto, a Lei Maria da Penha e a violência contra a minoria LGBT também estiveram em pauta.

Para Milet, os gays e transgêneros são “humanos” e “têm direitos”, mas a discussão sobre gênero é uma “invenção do PT que afasta as pessoas”.

Professor: Sinara Gumieri, já pode, já? Sinara Gumieri, aquela vagabunda, entendeu? Defensora de aborto, de gênero. Vagabunda. Mande pra ela me processar, que eu provo que ela é. O pior sabe o que é? Não é a pessoa que fale, o pior crime é a omissão. O teu corpo é teu?

Aluna: É.

P: Mas a vida não é. Então aquilo que tá dentro de você não é seu, porque é vida. Pode falar.

A: O senhor assistiu quantos minutos de palestra?

P: Quando fala em aborto eu não assisto nem meio.

[...]

P: Tá, então o que é que você quer que eu diga do aborto. O que é que você julga que é bom do aborto?

A: Eu não quero discutir isso com o senhor, porque eu acho que a gente não tá nessa discussão.

P: Mas é exatamente. Aquela mulher, aquela bostinha, cocô; ela foi lá não foi pra dar uma palestra. Ela não foi pra um debate, porque ela falou sozinha. Aí quando tocou no assunto do aborto eu tive que me manifestar, dei as costas, soltei um peido e fui embora.

[...]

P: Então deixa eu falar. Os transexuais, seja homem ou mulher, GLBT, SBT, Record, o que for, eles são humanos. Humanos, tá? E como humanos eles têm direitos. Agora a questão de gênero que estão querendo incutir em nós é o seguinte: você nasce com uma rola, mas é você quem vai decidir se é homem ou se é mulher, tá? Agora tudo bem, decida. Só que a Lei Maria da Penha foi feita para as mulheres no âmbito doméstico. Os homossexuais, os trans, têm direito? Têm. Eu já falei aqui, mas então vamos fazer uma lei pra eles. Que eles têm direitos, eu acho que têm. Eles não podem ser vítimas da sociedade. Agora usar a mesma lei que eu defendi para você, mulher, e dizer que serve pra ele? Não! [...] Esse negócio de gênero é PT, meu bem. É PT quem inventou isso. O PT afasta as pessoas. Antes o Brasil era formado de pessoas, hoje o Brasil é formado de classes. Você viu os gays que estão aí querendo cotas, você tem as mulheres que estão querendo.... Olha, tu como mulher, tu,

tu, tu e tu não fizeram nada para ter os direitos que vocês têm.

A: Eu faço, inclusive peço para calarem a boca quando pessoas têm esse tipo de discurso e falam isso na minha frente.

P: Pois eu provo. Só que você pode pedir pra eu calar, eu não vou calar.

A: De todo o direito seu.

P: Quer que eu prove? Quer que eu prove? Vocês sabem quando foi que as mulheres entraram no mercado de trabalho? Foi porque elas lutaram pra isso? Não! Foi porque os homens foram pra guerra e faltaram pessoas pra movimentar as indústrias. 53% da população é formada por mulheres, e quantas deputadas Rondônia tem? Uma federal. E quantas estadual? Duas, mas agora é uma só porque a outra virou prefeita.

A: Professor, e é justamente por isso que a gente precisa falar de gênero.

[...]

A: Mas eu não posso me manter omissa quando o senhor chega dentro de uma sala de aula e fala que não é direito um evento acadêmico em que, se o senhor tivesse comparecido nos demais dias, o senhor poderia ter verificado. Foram mestres e doutores em criminologia, doutores em filosofia, foram juízes. Ela é mestre em direito, a Sinara Gumieri. Ela é mestre em direito da UnB.

P: Não. Ela é uma sapatona muito doida.

A: E se ela quiser ser o problema é dela. A vida é dela.

P: E que veio com uma ideologia petista. Porque eu odeio o PT, veio com uma ideologia petista e vocês bateram palmas de pé.

A: Professor, o senhor pode achar o que o senhor quiser, mas a questão é que o senhor não pode ferir a dignidade de alguém xingando ela pra outras pessoas.

P: Então me processe.

A ofensa de Milet à advogada repercutiu nas redes sociais. O Centro Acadêmico de Direito 5 de Outubro publicou uma nota em que explica que o posicionamento de Milet “passou dos limites”.

“Consideramos que esta atitude extrapolou os limites da boa convivência e relação professor-aluno e que agressões direcionadas a grupos específicos, como LGBTs, mulheres ou posições políticas, não devem fazer parte de um cotidiano democrático, muito menos em uma universidade. Reforçamos que o

ocorrido parece apenas reafirmar a importância do discutido na palestra (que infelizmente o dito professor não acompanhou até o fim) de se discutir, no direito e em qualquer área, todo e qualquer tipo de assunto, inclusive gênero.”

Em um vídeo manifesto, a professora da UNB Debora Diniz exige que Milet peça desculpas públicas a Sinara Gumieri.

Ela afirma que a advogada compareceu ao evento representando-a e argumenta: “Sinara falava de temas que eram moralmente intensos ao senhor. Mas isso não importa. Nós dois somos professores. Somos treinados para lidar com a controvérsia. Devemos ser capazes de acolher e acima de tudo de jamais discriminar.”

Em sua página do Facebook, o professor publicou um vídeo em que explica que a palavra “vagabunda” foi usada por ele para se referir a uma pessoa “desocupada”.

Ainda, Milet afirma ser um defensor da “família”, “da vida” e da “moral”.

“Estou sendo o centro de achocalhamento. Estou sendo acusado de machismo, homofóbico, simplesmente porque defendo a família, a vida e a moral. Em defesa desses valores, fui atacado por uma acadêmica em sala de aula, uma acadêmica ligada ao Centro Acadêmico, um grupinho de esquerdopatas. [...] Foi uma expressão mal compreendida quando eu faço uso da palavra vagabunda. Vagabundo para nós é a pessoa desocupada. Nunca tive e nem tenho a intenção de atingir a honra de ninguém.”

Samuel Milet argumenta que a gravação foi feita mediante o pedido dele, mas diz que o áudio disponibilizado está fora do contexto, pois não apresenta nem o início e nem o final.

“Os esquerdopatas tem feito uso errôneo desta gravação de modo a atingir a minha dignidade. Recebo milhares de pessoas que apoiam a minha luta pela vida e pela família. Ninguém calará essa boca.”

A advogada de Sinara Gumieri, Gabriela Rondon, afirmou ao HuffPost Brasil

que serão tomadas as medidas cabíveis contra o professor.

De acordo com ela, a violência sofrida pela mulher é grave e o caso vai além das ofensas individuais à palestrante.

“O que ela sofreu foi uma violência grave e por isso vamos entrar com um processo em nome dela contra o professor. Para além da motivação individual da Sinara, o caso é muito maior. A gente quer provocar uma discussão do que aconteceu naquela sala de aula. Foi um discurso atentatório ao bom debate em uma sala de aula, uma liberdade de expressão, e totalmente contra a ideia de uma universidade sem ódio. Vamos trabalhar em duas frentes e reagir com as medidas cabíveis.”

Procurada pelo HuffPost Brasil, a UNIR não quis comentar e publicou uma nota oficial de esclarecimento.

Nota de esclarecimento da Comissão de Ética da UNIR

A Comissão de Ética da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) informa que ao tomar ciência dos fatos de uma possível transgressão de conduta ética de um servidor docente do seu quadro funcional, sendo esse fato de ampla divulgação nas mídias e redes sociais, decidiu, em reunião ocorrida no dia 21 de outubro de 2016 com a presença dos membros titulares, apurar de ofício a referida conduta, nos termos do art. 2º, da Resolução nº 10 de 29 de setembro de 2008, da Comissão de Ética Pública a qual aponta que: "Compete às Comissões de Ética: [...] b) apurar, de ofício ou mediante denúncia, fato ou conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes", bem como do art. 7º, do Decreto 6.029 de 1º de fevereiro de 2007, que dispõe: "Compete às Comissões de Ética de que tratam os incisos II e III do art. 2º: [...] c) apurar, mediante denúncia ou de ofício, conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes".

Porto Velho, 24 de outubro de 2016.

Ana Luiza Pante
Presidente da Comissão de Ética
Portaria nº 381/GR/2016

Gustavo Dandolini
Membro Titular da Comissão de Ética
Portaria nº 381/GR/2016

Sebastião Araújo Nery
Membro Titular da Comissão de Ética
Portaria nº 381/GR/2016

Fonte: UNIR

Reprodução/UNIR

Em decorrência do caso foi criada uma [petição online](#) pelo grupo [Isso Não É Direito](#).

O abaixo assinado quer que a Universidade responsabilize o professor por sua postura.

Na descrição do documento está o repúdio ao discurso violento e abusivo do docente; a postura discriminatória, especialmente o uso de palavras ofensivas como "vagabunda" e "sapatão doida" para se referir à Sinara Gumieri e a solidariedade com a turma e todos os estudantes envolvidos no episódio, especialmente com a estudante diretamente interpelada pelo docente.

Ana Beatriz Rosa